

CONSELHEIRO TUTELAR

TEMPO DE PROVA
3 HORAS

O CANDIDATO
NÃO PODERÁ
LEVAR O
CADERNO DE
PROVA.

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES
Conhecimentos Gerais	05
Conhecimentos Específicos	25
TOTAL	30

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as seguintes instruções, as quais são parte integrante da prova e dos regimentos deste Certame:

1. Verifique se este Caderno de Prova contém 30 (trinta) questões. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal a substituição, no ato de entrega.
2. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas por A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
3. O tempo de prova inclui o preenchimento do cartão-resposta. O candidato só poderá sair da Sala de Prova depois de 01 (uma) hora de seu início.
4. Este Caderno pode receber anotações, sendo que no Cartão-Resposta o candidato deve somente preencher as respostas e **obrigatoriamente** assiná-lo.
5. Ao final da prova, os 02 (dois) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e lacre dos documentos.
6. Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À LEGALLE CONCURSOS. PROIBIDO REPRODUÇÃO, MESMO QUE PARCIAL

RASCUNHO PARA GABARITO

01	06	11	16	21	26
02	07	12	17	22	27
03	08	13	18	23	28
04	09	14	19	24	29
05	10	15	20	25	30

CONHECIMENTOS GERAIS

Para responder às questões 01 a 04, leia o texto abaixo.

Situação no Brasil

1 Nos últimos anos, o Brasil obteve ganhos
2 importantes em relação aos direitos de crianças e
3 adolescentes. Foi o primeiro país da América
4 Latina e do Caribe a traduzir os princípios da
5 Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)
6 em uma legislação nacional. A promulgação do
7 Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 foi
8 um marco no reconhecimento dos direitos da
9 infância como direitos humanos. O Brasil criou,
10 então, políticas públicas e sociais que ajudaram
11 milhões de crianças e adolescentes a sair da
12 pobreza, obter uma educação e beneficiar-se de
13 serviços de saúde resultando numa queda da
14 mortalidade infantil impressionante. No entanto,
15 muitos dos 57 milhões de crianças e
16 adolescentes, vivendo em mais de 5 mil
17 municípios brasileiros, ainda permanecem fora do
18 alcance desse progresso.
19 Em geral, as privações não têm uma causa única.
20 Elas são resultado de um conjunto de aspectos,
21 que incluem a pobreza, em suas múltiplas
22 dimensões, falta de acesso a serviços de
23 educação, saúde, assistência social e proteção ou
24 baixa qualidade dessas ofertas; discriminação; e
25 poucas opções de participação para crianças e
26 adolescentes no desenvolvimento das suas
27 comunidades.
28 Para sanar esses problemas, é preciso que o País
29 invista em políticas sociais de qualidade, capazes
30 de alcançar todas as crianças e todos os
31 adolescentes, em especial os mais excluídos e
32 vulneráveis.

Fonte: UNICEF - Disponível em:
<<https://www.unicef.org/brazil/politicas>>.

Questão 01. Os advérbios são uma classe de palavras que age de forma a modificar um verbo, um adjetivo ou outro advérbio. Eles indicam algumas circunstâncias, como modo, intensidade ou negação. Analise, nos trechos retirados do texto, abaixo, o emprego dos advérbios:

- I. **Nos últimos anos**, o Brasil obteve ganhos importantes, em relação aos direitos de crianças e adolescentes. (l. 1).
- II. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente **em 1990** foi um marco no reconhecimento dos direitos da infância como direitos humanos. (l. 7).
- III. [...] e **poucas** opções de participação para crianças e adolescentes no desenvolvimento das suas comunidades. (l. 25).

Assinale a alternativa que apresenta a CORRETA e respectiva classificação dos advérbios, ou locuções adverbiais, presentes nos excertos acima:

- (A) Tempo; lugar; intensidade.
- (B) Tempo; tempo; intensidade.
- (C) Lugar; lugar; intensidade.
- (D) Tempo; lugar; modo.
- (E) Tempo; tempo; modo.

Questão 02. As classificação das sílabas tônicas das palavras categoriza o conjunto de palavras do português brasileiro em três grupos: das oxítonas, das paroxítonas e das proparoxítonas. As proparoxítonas, por exemplo, são determinadas palavras cuja sílaba tônica é a antepenúltima. Essa classificação também determina o emprego da acentuação em algumas palavras. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta o conjunto de palavras em que a sílaba tônica está localizada na mesma posição:

- (A) últimos (l. 1); direitos (l. 2); legislação (l. 6).
- (B) legislação (l. 6); crianças (l. 2); brasileiros (l. 17).
- (C) legislação (l. 6); opções (l. 25); traduzir (l. 4).
- (D) últimos (l. 1); resultado (l. 20); políticas (l. 10).
- (E) traduzir (l. 4); resultado (l. 20); especial (l. 31).

Questão 03. Analise as assertivas a respeito da acentuação da palavra **têm**, na linha 19:

- I. A acentuação com acento circunflexo está correta, desde que precedida por um advérbio de negação.
- II. O acento circunflexo é empregado quando há terceira pessoa do plural.
- III. **Advêm** e **retêm** seguem a mesma regra empregada ao verbo **têm**.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

Questão 04. O emprego da conjunção adversativa **No entanto** (l. 14) expressa uma ideia, no texto, de:

- (A) Oposição ou contraste em relação à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (B) Oposição ou contraste em relação à criação de políticas públicas que ajudaram milhões de crianças.
- (C) Ressalva em relação à ideia de que as privações não têm causa única.
- (D) Contraste em relação aos direitos de crianças e adolescentes garantidos a partir da tradução dos princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança.
- (E) Contraste em relação à garantia de direitos das crianças a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

Questão 05. Os verbos são classes de palavras que possuem algumas formas nominais, como o infinitivo, o gerúndio e o particípio. Essas formas são empregadas de acordo com o contexto em que estão inseridas. Os verbos no particípio, especialmente, possuem algumas formas irregulares, ou seja, alguns deles não são terminados em **-ado** e **-ido**. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta a sequência INCORRETA dos verbos no infinitivo, no gerúndio e no particípio.

- (A) Ganhar – ganhando – ganhado.
- (B) Ganhar – ganhando – ganho.
- (C) Dizer – dizendo – dito.
- (D) Postar – postando – posto.
- (E) Postar – postando – postado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

As questões de 06 a 30 referem-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Questão 06. Sobre a autonomia do Conselho Tutelar, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Conselho Tutelar possui um caráter institucional, ou seja, uma vez criado e instalado, passa a ser, em caráter provisório, uma das instituições integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, podendo haver solução de continuidade em sua atuação.
- (B) Caso o Poder Público Municipal, ao qual incumbe a manutenção do Conselho Tutelar, permita, por qualquer causa ou motivo, a interrupção das atividades do Conselho Tutelar, as atribuições a este inerentes passarão à Secretaria de Ação Social.
- (C) A implantação e a manutenção, com a garantia do efetivo funcionamento do Conselho Tutelar, podem ser determinados pelo Poder Judiciário.
- (D) A autonomia é sinônimo de independência funcional, que por sua vez se constitui numa prerrogativa do conselheiro tutelar individualmente considerado, imprescindível ao exercício de suas atribuições.
- (E) Em contraponto de sua autonomia, o Conselho Tutelar necessita submeter suas decisões ao crivo de outros Órgãos e instâncias administrativas.

Questão 07. Sobre a autonomia e responsabilidades do Conselho Tutelar, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A autonomia que detém o Conselho Tutelar para o exercício de suas atribuições o torna imune à fiscalização dos membros do Sistema de Garantias.
- (B) Os membros do Conselho Tutelar não são considerados agentes públicos para fins penais, pelo fato de que a violação de seus deveres não importa em crime funcional.
- (C) Eventuais abusos ou omissões praticados pelos membros do Conselho Tutelar (especialmente quando atuam de forma isolada) podem levar à sua destituição, sem prejuízo de outras sanções.
- (D) O exercício das funções inerentes ao cargo de Conselheiro Tutelar exige conduta especialmente zelosa, diligente, cuidadosa, mas não idoneidade nos atos praticados junto à comunidade.
- (E) O membro do Conselho Tutelar integra o Poder Judiciário.

Questão 08. Sobre as atribuições do Conselho Tutelar, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O rol de atribuições pode ser ampliado pela legislação municipal, notadamente a ponto de incluir outras que mesmo que desvirtuem a finalidade, não subvertam a autonomia funcional.
- (B) Pode a lei municipal determinar que o Conselho Tutelar realize “rondas” noturnas e/ou outras atividades próprias dos órgãos policiais.
- (C) A atividade fiscalizatória do Conselho Tutelar em locais onde se encontram crianças e adolescentes decorre de disposições legais apenas implícitas.
- (D) A atuação do Conselho Tutelar deve ser sempre direcionada em desfavor da criança/adolescente.
- (E) O Conselho Tutelar tem ainda a incumbência de fiscalizar bem como a legitimidade para deflagrar procedimentos de apuração de irregularidade em entidades de atendimento.

Questão 09. Sobre os requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A certidão de ação penal em andamento não é suficiente para caracterizar a inidoneidade moral do candidato a membro do Conselho Tutelar e, portanto, hábil a embasar o indeferimento de inscrição e o impedimento de posse, se eleito.
- (B) O ECA estabelece como requisito para a candidatura a membro do Conselho Tutelar a idade mínima de 21 (vinte e um) anos, nada falando da plena capacidade civil.
- (C) A residência no município é um requisito que deve estar presente apenas quando da candidatura, mas não ao longo do exercício do mandato.
- (D) A prática de condutas ilícitas e/ou incompatíveis com a função, ainda que no período anterior ao mandato (como quando da campanha eleitoral) não pode ser invocada para impedir a posse do membro do Conselho Tutelar.
- (E) Sendo da competência do Município estabelecer os requisitos para o preenchimento das vagas de Conselheiro Tutelar, além daqueles já previstos no ECA, pode haver distinção entre os concorrentes às vagas.

Questão 10. Quanto à remuneração dos membros do Conselho Tutelar, analise as assertivas a seguir:

- I. A remuneração dos membros do Conselho Tutelar é obrigatória.
- II. A acumulação da função de Conselheiro Tutelar com outro cargo ou função pública é, em tese, possível, desde que isso não seja vedado pela Lei Municipal local.
- III. A remuneração é devida a todos os membros do Conselho Tutelar, porém é admissível que seja aquela assegurada, por exemplo, apenas ao “presidente/coordenador” do órgão ou parte de seus integrantes.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas III.
- (E) Apenas II.

Questão 11. Sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nada impede que marido e mulher sejam candidatos no mesmo pleito.
- (B) A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- (C) Os mandatos dos membros do Conselho Tutelar, em todo o Brasil, ocorrem em data única.
- (D) É vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.
- (E) A Lei Municipal relativa ao Conselho Tutelar pode prever condutas vedadas aos candidatos, sem lhes imputar sanções administrativas respectivas e multas.

Questão 12. Segundo a atuação do Conselho Tutelar, a promoção da execução de suas decisões, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Conselho Tutelar não é um órgão de proteção à família, sendo que a aplicação de medidas aos pais ou responsável - tendo sempre como princípio o rompimento dos vínculos familiares.
- (B) O Conselho Tutelar tem a possibilidade de, por meios judiciais, buscar a efetivação de suas decisões, não havendo meios próprios de execução das suas decisões.
- (C) As decisões tomadas pelo Conselho Tutelar têm caráter coercitivo e obrigam seus destinatários, sejam pessoas físicas ou jurídicas, incluindo órgãos do próprio Poder Público.
- (D) O descumprimento das decisões tomadas pelo Conselho Tutelar não caracteriza a infração administrativa.
- (E) Caso entenda indevida a requisição do Conselho Tutelar, cabe a seu destinatário requerer ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente a revisão da decisão.

Questão 13. Acerca da atuação do Conselho Tutelar, suas atribuições e requisitos para candidatura, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A intervenção do Conselho Tutelar deve ter um caráter resolutivo, de modo que as causas que se enquadram na sua esfera de atribuições sejam por ele próprio solucionadas.
- (B) O Conselho Tutelar possui poder de requisição em relação a determinados serviços públicos.
- (C) O objetivo fundamental da intervenção do Conselho Tutelar não é a simples aplicação de medidas, mas sim a efetiva solução dos problemas que afligem a população infanto-juvenil, proporcionando-lhes, de maneira concreta, a proteção integral.
- (D) Uma das ideias básicas que inspirou a criação do Conselho Tutelar foi a “desjudicialização” do atendimento à criança e ao adolescente, na perspectiva de assegurar maior “capilaridade”.
- (E) É admissível que, por intermédio de resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sejam estabelecidos outros requisitos para candidatura a membro do Conselho Tutelar, desde que razoáveis e compatíveis com a atividade desenvolvida.

Questão 14. A garantia de prioridade, nos termos do ECA, compreende:

- I. Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- II. Precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- III. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas III.
- (E) Apenas II.

Questão 15. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Sobre a garantia de prioridade absoluta, analise as assertivas a seguir:

- I. A enumeração do que compreende a garantia de prioridade absoluta, no entanto, é meramente exemplificativa, havendo outras normas correlatas em matéria de infância e juventude que ampliam seu alcance.
- II. A presente disposição legal, também prevista na Constituição Federal, encerra o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, que deve nortear a atuação de todos, em especial do Poder Público, para defesa/promoção dos direitos assegurados às crianças e adolescentes.
- III. A clareza do dispositivo em determinar que crianças e adolescentes não apenas recebam uma atenção e um tratamento prioritários por parte da família, sociedade e, acima de tudo, do Poder Público, mas que essa prioridade seja absoluta.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas III.
- (E) Apenas II.

Questão 16. Acerca do sigilo imprescindível aos atos judiciais, policiais e administrativos, que digam respeito a crianças e adolescentes, em relação aos atos infracionais, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os registros de jovens infratores serão de caráter estritamente confidencial e não poderão ser consultados por terceiros.
- (B) É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes, que se atribua autoria de ato infracional.
- (C) Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco e residência, exceto pelas iniciais do nome e sobrenome.
- (D) Os registros dos jovens infratores não serão utilizados em processos de adultos em casos subsequentes que envolvam o mesmo infrator.
- (E) O objetivo da não divulgação de atos é evitar que seja o adolescente acusado da prática de ato infracional discriminado e estigmatizado, tendo negadas oportunidades de melhoria de vida.

Questão 17. O direito à liberdade NÃO compreende o seguinte aspecto:

- (A) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- (B) Opinião e expressão, inclusive sob a forma de anonimato.
- (C) Crença e culto religioso.
- (D) Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
- (E) Buscar refúgio, auxílio e orientação.

Questão 18. A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação. Nesse sentido, analise as assertivas a seguir:

- I. Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas.
- II. Cabe ao Poder Público oferecer e/ou estimular a frequência dos técnicos e demais servidores, que atuam na “rede de proteção” à criança e ao adolescente local, a cursos de especialização, de modo que todos compreendam exatamente qual o seu papel (assim como o papel dos demais), e saibam exatamente o que fazer (e como proceder) diante das situações de ameaça/violação de direitos infanto-juvenis que surgirem.
- III. A permanência de um dos pais ou responsável como acompanhantes de criança ou adolescente internada é um direito que deve ser assegurado.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas III.
- (E) Apenas II.

Questão 19. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los, que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso: I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; V - advertência.

Nesse contexto, as medidas serão aplicadas pelo:

- (A) Juizado da Infância e Juventude.
- (B) Conselho Tutelar.
- (C) Ministério Público.
- (D) CRAS ou CREAS, a depender do Município.
- (E) Agente Público de Medidas Socioeducativas.

Questão 20. A colocação em família substituta, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, far-se-á mediante:

- I. Guarda.
- II. Tutela.
- III. Adoção.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas III.
- (E) Apenas II.

Questão 21. Acerca do direito à vida e à saúde de crianças e adolescentes, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Poder Público, em todos os níveis, tem o dever de desenvolver políticas públicas voltadas à proteção integral da saúde de crianças e adolescentes, em regime de mais absoluta prioridade.
- (B) Os recursos orçamentários devem ser utilizados tanto para implementação da política social básica de saúde, cujo planejamento e ações priorizem crianças e adolescentes, quanto para as políticas de proteção especial correlatas, como é o caso de programas de prevenção e tratamento para drogadição, etc.
- (C) Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, sem que isso represente garantia ao direito de opção da mulher.
- (D) É possível à gestante pleitear alimentos junto ao pai da criança, os chamados alimentos gravídicos.
- (E) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.

Questão 22. Analise o texto a seguir e suas partes:

É fundamental, em qualquer caso, que o Conselho Tutelar efetue as abordagens e intervenções a seu cargo com o máximo de cautela, articulando ações com os órgãos encarregados de apurar possíveis crimes praticados contra crianças e adolescentes e buscando o apoio dos órgãos técnicos do município (**PARTE 1**), de modo a obter um “diagnóstico”, completo e atualizado, acerca da situação vivenciada, procurando sempre respeitar os princípios que norteiam a intervenção do Estado em matéria de infância e juventude, sem prejuízo de outros encaminhamentos que possam ser feitos (**PARTE 2**). O eventual descumprimento injustificado das “medidas” aplicadas pelo Conselho Tutelar pode, em tese, importar na prática da infração administrativa, sendo que caso o destinatário da “medida” deseje ver-se desobrigado de seu cumprimento, somente lhe restará recorrer à autoridade judiciária (**PARTE 3**).

Das partes acima, pode-se afirmar que:

- (A) Somente 1 e 3 estão corretas.
- (B) Somente 2 e 3 estão corretas.
- (C) Somente 1 e 2 estão corretas.
- (D) 1, 2 e 3 estão corretas.
- (E) 1, 2 e 3 estão incorretas.

Questão 23. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir, de forma fundamentada, pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta. Qual a periodicidade da reavaliação da criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional?

- (A) A cada 4 (quatro) anos.
- (B) A cada 3 (três) meses.
- (C) A cada 6 (seis) anos.
- (D) A cada 12 (doze) meses.
- (E) A cada 2 (dois) anos.

Questão 24. Sobre o poder familiar, analise as assertivas a seguir:

- I. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- II. A condenação criminal do pai ou da mãe implicará a destituição imediata do poder familiar, em qualquer hipótese de condenação por crime doloso, sujeito à pena de reclusão contra outrem, inclusive externa à relação familiar.
- III. A eventual destituição do poder familiar não importa na perda da condição de “filho” e nem impede o exercício de outros direitos paternofiliais, como o de pleitear alimentos e/ou à herança.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas III.
- (E) Apenas II.

Questão 25. Sobre o poder familiar, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer ao Conselho Tutelar competente para a solução da divergência.
- (B) Um dos requisitos necessários ao exercício do poder familiar é a plena capacidade civil, pelo que os pais, enquanto adolescentes (e não emancipados), que estiverem ainda sob o poder familiar de seus pais ou tutela de outrem, não têm capacidade jurídica para tanto.
- (C) Não é juridicamente exigível o cumprimento, por parte de pais adolescentes, dos deveres relacionados no ECA, cujo exercício demanda uma enorme responsabilidade, que a própria lei presume que adolescentes - em especial, os absolutamente incapazes - não possuem; quando a mãe de uma criança que não tem a paternidade reconhecida é considerada incapaz de exercer o poder familiar, “dar-se-á (obrigatoriamente) tutor ao menor”.
- (D) Quando da solução de um litígio sobre o poder familiar, a autoridade judiciária deverá não apenas ouvir os pais, mas também a criança ou adolescente, respeitado, logicamente, seu grau de desenvolvimento e maturidade.
- (E) A obrigação alimentar não está de modo algum vinculada à idade do filho, então não cessa com a eventual emancipação do adolescente (podendo se estender para além da adolescência), e o quantum devido deve atender às necessidades básicas de alimentação, educação, saúde, habitação, segurança, etc., do filho, atendendo às possibilidades dos pais, para cuja aferição devem ser considerados, inclusive, sinais exteriores de riqueza por estes apresentados.

Questão 26. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Nesse sentido, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Em caráter primordial, antes mesmo de frustradas as tentativas de manutenção da criança e/ou adolescente em sua família de origem, se cogitará sua colocação em família substituta.
- (B) Deve-se dar preferência à permanência da criança ou adolescente no seio de sua família de origem, que para tanto, deve receber a orientação, o apoio e o eventual tratamento de que, porventura, necessite.
- (C) O fato de os pais ou responsáveis serem usuários de substâncias psicoativas (inclusive o álcool), importa, necessariamente, no afastamento da criança ou adolescente de seu convívio, sem que se determine, antes, sua orientação e inclusão em programas de apoio e tratamento específicos, que lhes permitam superar o problema que apresentam.
- (D) Prima-se pela preservação dos vínculos familiares, mesmo em casos em que há suspeita ou confirmação de violência intrafamiliar. Se alguém tiver de ser afastado do convívio familiar, esse deverá ser a vítima, e não o agressor.
- (E) Os filhos podem, em algumas hipóteses, ser usados como “instrumento de punição” de seus pais (o que muitas vezes ocorre, ainda que inadvertidamente, quando, em razão de problemas apresentados, a “sanção” aplicada é a “perda da guarda”).

Questão 27. A criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados, sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto. Nesse sentido, analise as assertivas a seguir:

- I. É explícito o direito de crianças e adolescentes serem criados e educados de uma forma não violenta, não apenas por parte dos pais ou responsável, mas por qualquer pessoa encarregada de cuidá-los, tratá-los, educá-los e protegê-los.
- II. O descumprimento da obrigação pelo pai que, apesar de dispor de recursos, deixa de prestar assistência material ao filho, não proporcionando a ele condições dignas de sobrevivência e causando danos à sua integridade física, moral, intelectual e psicológica, configura ilícito civil.
- III. Como é muito difícil mensurar até que ponto uma ação/intervenção física praticada por um adulto junto a uma criança de tenra idade (por exemplo) irá lhe causar “sofrimento físico”, na prática foi instituída uma espécie de “tolerância zero” para semelhantes práticas violentas que, em sendo detectadas (ou havendo a mera suspeita de sua ocorrência), deverão dar ensejo à tomada das providências cabíveis.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas III.
- (E) Apenas II.

Questão 28. Acerca das relações entre família natural e extensa, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A família extensa ou ampliada é a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- (B) A família natural ou de origem é aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- (C) Nem todo “parente” pode ser considerado como integrante da “família extensa”, pois para tanto é necessária a presença de vínculos de afinidade e afetividade (sob a ótica da criança/adolescente), além de um convívio próximo (é necessária a coabitação).
- (D) A “família extensa” terá preferência na obtenção da guarda ou acolhimento familiar de criança ou adolescente que, por qualquer razão, não possa permanecer (ainda que temporariamente) na companhia de sua família natural.
- (E) Os filhos havidos fora do casamento não poderão ser reconhecidos pelos pais, conjuntamente, no próprio termo de nascimento ou por testamento, qualquer que seja a origem da filiação.

Questão 29. Sobre a família substituta, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O ECA não estabelece qualquer “ordem de preferência” em relação às diversas modalidades previstas de colocação em família substituta, sendo necessário aferir qual delas é a mais adequada ao caso em concreto, de acordo com suas peculiaridades.
- (B) A colocação de criança ou adolescente em família substituta é medida de proteção que visa beneficiar as crianças, e não aos adultos que eventualmente a pleiteiem.
- (C) No caso de colocação de adolescente em família substituta, não basta a mera “oitiva” do adolescente, sendo necessário colher também o seu consentimento com a medida, sem o qual ela não poderá ser efetivada.
- (D) É assegurado às pessoas com deficiência o direito de exercer a guarda, tutela e adoção em igualdade de condições com as demais.
- (E) Para fins de colocação de crianças e adolescentes em família substituta, o grau de parentesco deve preponderar sobre a relação de afinidade ou afetividade (sempre consideradas sob o ponto de vista da criança ou adolescente, que são os destinatários da medida).

Questão 30. Sobre o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O direito à permanência na escola (assim como os demais relacionados à educação), é assegurado tanto aos alunos da rede pública quanto particular de ensino, ressalvados os casos de aplicação da “expulsão” do aluno a título de sanção disciplinar.
- (B) O desligamento do aluno por inadimplência, na rede privada, poderá ocorrer a qualquer momento do ano letivo, independentemente do regime didático da instituição, desde que haja atraso no pagamento das mensalidades superior a 30 (trinta) dias.
- (C) É fundamental que os regimentos escolares estabeleçam a forma como será o direito de contestar critérios avaliativos exercidos, de preferência com a orientação e assistência dos pais ou responsáveis, que precisam participar do processo educativo de seus filhos ou pupilos em todos os seus aspectos.
- (D) O direito à vaga na escola mais próxima da residência pressupõe que ela esteja disponível; caso não esteja, deve-se efetuar a matrícula em qualquer outra escola, independentemente da distância.
- (E) A obrigação imposta aos pais para matrícula de seus filhos no Sistema de Ensino não abrange a pré-escola (primeira etapa da educação básica) e o ensino médio, cabendo o Poder Público se adequar à exigência legal, oferecendo um número de vagas compatível com a demanda.